

A AUTORIDADE DO HISTORIADOR NA ERA DIGITAL: desafios e possibilidades para a divulgação de História

The authority of the historian in the digital age: challenges and possibilities for the dissemination of history

Stefanie Kathleen de Sousa Quintino⁹

Resumo: Este artigo visa os impactos da chamada “Era Digital” no ofício do historiador, bem como os trabalhos e pesquisas de divulgação de História presentes nas redes sociais. O uso de uma metodologia adequada considerando os desafios epistemológicos, o combate as *fakes News*, narrativas negacionistas e revisionistas transformações políticas que levantam dúvidas e questionamentos na população, tornando-se fundamental a atuação dos profissionais da história nestes ambientes virtuais.

Palavras-chave: Era Digital, divulgação da História, Redes Sociais, Negacionismo.

Abstract: This article aims to address the impacts of the so-called "Digital Age" on the work of historians, as well as the efforts and research related to the dissemination of history present on social media. The use of an appropriate methodology, considering the epistemological challenges, the fight against fake news, denialist and revisionist narratives, and political transformations that raise doubts and questions among the population, makes the role of history professionals in these virtual environments essential.

Keywords: Digital Era, dissemination of History, Social Media, Denialism

⁹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI-UFU). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7435973681219829>. Bolsista FAPEMIG. Email: stefanie.quintino@ufu.br

O uso do termo “História Pública” foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1976, pelo departamento de História da Universidade da Califórnia na cidade de Santa Barbara, numa tentativa de ampliar os espaços de atuação dos historiadores, que naquele momento se restringia apenas ao ambiente escolar e as universidades.

As primeiras conferências nacionais sobre História Pública aconteceram em 1978, no *Arizona State University*, e em 1979, na UC Santa Barbara. Já no início dos anos de 1980, este campo de atuação havia se tornado bastante reconhecido em muitos departamentos de História. De acordo com Richard Smith¹⁰ o surgimento e crescimento da história pública nos Estados Unidos se deu devido à separação entre “acadêmica e “pública”.

Mesmo que essa distinção faça sentido pedagogicamente, os espaços e as práticas incluídas na rubrica “história pública” têm pouca coisa em comum além de acontecerem, em sua maior parte, fora da academia. Historiadores públicos podem se voltar à interpretação de assuntos históricos em apresentações públicas feitas em museus ou parques. Podem restaurar e manter edifícios ou lugares históricos. Podem produzir película, programas de TV, rádio, folhetos ou histórias em quadrinhos[...] (SMITH, pg.294, 2018)

Com o passar dos anos, esta área de atuação e pesquisa foi ganhando maior visibilidade e, nas décadas de 1980 a 1990, houve a criação de duas revistas: a *Public History Review* (1992) e a *Australian Center for PublicHistory* (1998). No Brasil, os debates sobre este campo de atuação ocorreram tardiamente em relação aos Estados Unidos e à Europa. Através do interesse de alguns historiadores, no ano de 2011 realizaram o primeiro evento sobre História Pública no país.

Desta forma, ocorreu o primeiro Curso de Introdução à História Pública e, em 2012, o primeiro Simpósio Internacional de História Pública (SANTHIAGO, 2016). Importante ressaltar que naquele ano o cenário político brasileiro iria impactar nesta mobilização dos historiadores públicos, pois foi o ano em que Dilma Rousseff foi

¹⁰ SMITH, Richard. História pública, por que não?. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs). *Que história pública queremos? = What public history do we want?*. São Paulo. Editora Letra e Vozes, 2018. p.285-306.

eleita a primeira presidenta do país. Sancionou a criação da Comissão Nacional da Verdade e a regulamentação da Lei de Acesso à Informação, no mesmo ano, entrando em vigor em 2012. Além disso, houve uma expansão do ensino superior e um crescimento da classe média brasileira. Para o historiador Ricardo Santhiago¹¹ esse cenário impactou em novas pesquisas.

Nesse contexto, o número de revistas de história nas bancas proliferou em uma velocidade espantosa, tanto quanto os livros de história popular empilhados nas livrarias de aeroportos – um fenômeno ao qual estudiosos dos usos do passado rapidamente responderam, em dissertações, teses e artigos que se debruçaram com vigor sobre um fenômeno novo, que lhes exigiu mobilizar novas fontes, instrumentos de coleta e operadores analíticos. Produtos audiovisuais (documentários, filmes, minisséries televisivas) e digitais (portais, aplicativos, web rádios) vivenciaram o mesmo fenômeno. (SANTHIAGO, p.326, 2016)

No entanto, o autor aponta que estas transformações políticas trouxeram para o debate sobre o papel público do historiador no país. Ataques a democracia, propagação do revisionismo, polarização dos discursos políticos, desinvestimento no ensino superior e nas pesquisas, desvalorização do ensino básico e o golpe de 2016 “imbuíram a história pública do compromisso de oferecer respostas socialmente relevantes às questões mais vivas do presente. (SANTHIAGO, 2016).

Importante ressaltarmos que neste período as discussões em torno da História Pública passaram a ser relacionadas com a ampliação da utilização de computadores e da internet. Portanto, com os avanços da tecnologia na contemporaneidade, é imprescindível pensarmos em novas possibilidades de atuação dos historiadores(as) na internet, seja como fonte de pesquisa, repositório de arquivos digitais ou um novo meio para divulgação de trabalhos historiográficos.

Explorar as potencialidades da Internet é permitir que a História seja inserida nas novas mudanças da sociedade contemporânea. Entendemos que os computadores são parte indispensável nas trocas de informação e comunicação. Cada vez mais, as

¹¹ SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

novas gerações utilizam este espaço para criação de conteúdo, atraindo muitos usuários, como o YouTube. Portanto, nós, futuros historiadores e historiadoras, devemos ocupar estes ambientes virtuais de modo a contribuir para a divulgação e ampliação da História Pública para um número crescente de pessoas.

Logo as narrativas produzidas na era digital, devem ser analisadas de forma a compreender sua produção, levando em consideração sua intencionalidade, público-alvo, plataformas utilizadas e quais os impactos daquela produção em relação a memória coletiva. O historiador, cujo ofício está no estudo dos sujeitos no tempo e espaço, tem relacionado o uso das tecnologias no processo de investigação do passado buscado responder aos anseios do tempo presente. Na década de 1960, os computadores já eram utilizados nos complexos militares e nas universidades, sendo máquinas que ocupavam salas ou andares inteiros, muito diferente dos computadores usados atualmente.

No final dos anos de 1990 o rápido avanço da internet, o desenvolvimento de novos programas de computadores, softwares e atualmente estamos presenciando a chegada da inteligência artificial modificou a maneira como nos comunicamos e relacionamos. Estas novas tecnologias da contemporaneidade, facilitam o acesso a informações e o compartilhamento de opiniões nas redes sociais.

Estamos vivendo um período crítico na História e sua divulgação, ao ser inseridos nestes espaços virtuais temos a possibilidade de entendermos o alcance das ideias autoritárias e conservadoras no Brasil. Consequentemente, a internet vem sendo utilizada como espaço de produção e divulgação de conteúdos revisionistas ideologicamente por conta da polarização política e do negacionismo histórico¹². Os espaços virtuais formam comunidades com intuito de compartilhar vídeos, textos,

¹² A definição utilizada com base na obra “Dicionários dos Negacionismo no Brasil” cujo capítulo negacionismo histórico escrito pelo historiador Marcos Napolitano explica “Podemos entender “negacionismo” como uma estratégia de negação a priori de um consenso científico, a partir de uma ação social organizada de desinformação para encobrir interesses econômicos que causam grande impacto humano, socioambiental, ou encobrir responsabilidades sobre crimes de guerra ou crimes contra a humanidade” (NAPOLITANO, p.441).

imagens e notícias que fortalecem as narrativas falsas e apelam para os sentimentos afetivos destes grupos.

Um exemplo é o canal Brasil Paralelo¹³, criado em 2016 por um grupo de empresários de extrema-direita, com mais de 250 mil inscritos no *YouTube* e cerca de 300 mil seguidores no Facebook. Em 2017 eles lançaram uma série chamada “Brasil - a última cruzada” com sete episódios que contam a história do Brasil desde o período Colonial até os dias atuais, que segundo eles o que aprendemos nas escolas são “mentiras” contada pelos professores, os ataques utilizados são uma forma de atrair o público e deslegitimar a autoridade do historiador. Inclusive, o canal conta com a participação de historiadores em seus vídeos, o que leva a população a questionar e até mesmo negar os acontecimentos históricos.

Assim, revistar/revisar os trabalhos sobre a memória é parte do ofício do historiador. Através do cruzamento de fontes, análise dos discursos e as perspectivas do passado, os historiadores(as) desenvolvem a ciência da História. O que difere do revisionismo histórico, que age com intenções ideológicas, relativizando os fatos e até mesmo forjando acontecimentos históricos.

Para a autora Sara Albiere¹⁴, a relação entre divulgação e acadêmica é ainda hostil e conflitante. A justificativa estaria no entendimento que se faz sobre a divulgação científica, na qual utilizaria de uma linguagem rebuscada de difícil compreensão para a maioria da população. Entretanto, existem produções de qualidade, que buscam uma forma de divulgar seu conteúdo baseando-se nas discussões acadêmicas e se aproximando de uma linguagem da cultura comum. Podemos observar esta conciliação ao tratarmos da consciência histórica.

A consciência histórica pode ser compreendida, como a maneira que aplicamos o pensamento histórico em nossas vidas, em outras palavras, a práxis medida pela razão histórica. Portanto, as trocas culturais realizadas pelo indivíduo, as

¹³ Canal Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.youtube.com/@brasilparalelo>. Acesso em: 27/06/2024

¹⁴ ALBIERE, Sara. <História pública e consciência histórica>. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução à história pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011, pp. 25-27.

memórias, experimentações e sentidos que vão influenciar a maneira como os sujeitos irão se relacionar no coletivo e individualmente. Neste sentido, ter consciência histórica é refletir sobre sua própria experiência ou de outros ao longo do tempo, através das expectativas do presente e criando expectativas para o futuro.

Ora, uma sociedade que passou por inúmeras transformações a partir da Modernidade, nas últimas décadas, vê uma rápida aceleração deste processo, em que passado e futuro se confundem nas narrativas, e por vezes são usadas de maneira errônea. Para o historiador e filósofo Reinhart Kosellech¹⁵ “se realiza no hoje, é futuro-presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser visto”. Tais experiências, tem por objetivo suscitar uma expectativa conforme as necessidades do sujeito.

Além disso, Kosellech nos mostra que esta consciência histórica surgiu com a Modernidade e a necessidade dos seres humanos em se tornarem protagonistas da própria história. Tornando-se um desafio para os historiadores em fazer com que as pessoas utilizem do conhecimento histórico em suas ações e colaborem com a sociedade.

Diante dessas mudanças, cabe a reflexão sobre a autoridade do historiador nas redes sociais. Alguns historiadores, tem lançado projetos sobre divulgação da História¹⁶ nestes ambientes, tornando-se um grande desafio principalmente em relação a sua autoridade, uma vez que produtores de conteúdo histórico sem formação acadêmica acabam se tornando populares e recebendo muito dinheiro e fama enquanto os conteúdos produzidos por historiadores não recebem o mesmo prestígio.

Com o passar do tempo, a internet foi se popularizando e novas plataformas e redes sociais surgiram, além disso, o barateamento dos computadores e a internet,

¹⁵ KOSELLECH, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2006, p.311.

¹⁶ conceito Divulgação de história e descrito pelos historiadores Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira no livro “História Pública e a divulgação de história” que segundo eles são a dedicação que alguns historiadores têm em divulgar o resultado do seu próprio trabalho para o grande público.

somado ao consumo massivo de *Smartphones*¹⁷ no Brasil fez com que pessoas comuns produzissem vídeos com variados temas, inclusive sobre História. Esta facilidade de acesso às tecnologias permitiu que vídeos, áudios e textos fossem produzidos em qualquer lugar e ferramentas de edição também tornaram essa divulgação de conteúdo popular.

Um bom exemplo de divulgação é o site Café História¹⁸ fundado em 2008 pelo historiador Bruno Leal de Carvalho, visando realizar postagens sobre História. Conforme o site foi crescendo, passaram a divulgar outras áreas das ciências, bem como sociologia, filosofia, economia e outras, contribuindo para a divulgação científica. No site encontramos informações sobre variados cursos, lançamento de livros, opiniões sobre assuntos atuais, cinema, moda e uma infinidade de informações. Segundo ele, pesquisador em História Pública Digital, não seria tão simples definir a autoridade do historiador, pois nos colocaria uma espécie de “polícia” perante as escritas do passado, vetando e censurando as produções que não estivessem conforme os parâmetros estabelecidos.

Para nós, esta autoridade estaria naquilo que Certeau define como “a operação historiográfica em que temos a adoção de uma escrita controlada, crítica documental e a utilização de métodos”. O autor já indagava sobre como devemos produzir a História e qual o papel do historiador perante a sociedade. Ele explica que a historiografia faz surgir dois pontos de questionamento: o real enquanto conhecimento e o real enquanto operação científica.

Atualmente é possível fazer a divulgação de história na internet através das múltiplas plataformas gratuitas (*Facebook, YouTube, Instagram*, entre outras) e, mesmo que algumas ofereçam a opção paga para obter um melhor impulsionamento das publicações, o modo gratuito oferece diversos mecanismos que auxiliam a divulgação. A divulgação de História nestes ambientes virtuais tem conquistado cada vez mais

¹⁷ Vendas de smartphones no Brasil alcançam R\$ 67 bilhões em 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/conteudos/posts/vendas-de-smartphones-no-brasil-alcancam-r-67-bilhoes-em-2023,541bc0488db36810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 09/07/2024

¹⁸ Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/about/>. Acesso em: 02/07/2024

espaço, muitos programas de pós-graduação, bibliotecas, museus, canais institucionais, historiadores e historiadoras têm atuado nestes espaços.

A História enquanto disciplina faz parte de um lugar social, segundo Certeau “A escrita da história se constrói em função de uma instituição” (Certeau. p.66) o autor vai basear seus argumentos no fato de que através das instituições - por exemplo as Universidades- a História vai se organizar enquanto disciplina. A Instituição vai nos guiar desde a metodologia até o trabalho com as fontes históricas a partir das teorias, evitando que se crie dogmas e uma escrita tendenciosa em relação a verdade.

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (CERTEAU, 1988, p.73).

O historiador usará métodos e técnicas aprendidas nestas instituições para produzir o conhecimento científico, realizando pesquisas em arquivos públicos ou privados e buscando na internet para interrogar sua fonte, legitimando seu trabalho e dando sentido ao documento. Esta produção implica naquilo que o autor chama de “escrita controlada” uma prática social, levando o seu leitor a um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço de referência simbólica e impondo uma lição. Desta forma, o conhecimento histórico adquire uma função social, exigindo maior interação entre os historiadores e a sociedade, algo possível de se estabelecer nas redes sociais.

Na obra “O que é um autor? Revisão de uma genealogia” de Roger Chartier¹⁹ retoma o que seria a função do autor, baseando-se na obra de Foucault, afirmando que ela é resultado de operações complexas que configuram unidade e coerência a certos discursos, estabelecendo a maneira como circulam na sociedade. Apesar deste texto se referir ao campo literário, percebemos algumas semelhanças com o meio digital, pois

¹⁹ Chartier, Roger. O que é um autor? Revisão de uma genealogia. Trad. Luzmara Curcino; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Carlos: Edfscar, 2014.

os fatores que levam à autoria e ao reconhecimento também acontecem com aqueles que produzem conteúdo nas mídias digitais.

A função autor não ocorre de maneira hegemônica conforme discutido por Foucault, porém Chatier aponta que a função autor não teria se apagado no discurso científico “[...]daquele que tem autoridade o bastante para enunciar o que é verdadeiro em uma sociedade cuja hierarquia das ordens e do poder é ao mesmo tempo, uma hierarquia das posições sociais e da credibilidade da palavra [...]” (CHARTIER, 2014, p.52).

Na internet, a função autor estará escorada em alguns pressupostos que acabam validando este produtor de conteúdo. O primeiro seria alcançar grandes audiências, gerar lucros, dominar a linguagem digital e usar as ferramentas para tornar a comunicação muito eficaz para o público e a sua ideologia política, pois para ter patrocinadores e maior divulgação do seu trabalho, muitos historiadores precisam estar alinhados aos interesses políticos dominantes.

Sendo assim, a História se torna um produto comercializado nas redes sociais, gerando monetização sobre o passado, tornando-se um nicho temático cada vez mais presente nas mídias sociais. O reconhecimento social se manifesta através dos likes, compartilhamentos e comentários que vão engajar o vídeo ou o texto. Além disso, a própria rede social realiza a verificação do produtor, que passa a receber um valor pelo conteúdo postado. Por se tratar de uma instituição privada, há um gerenciamento e controle do seu algoritmo, levando a um arsenal de pseudo-informação e manipulações abusivas do passado histórico

Entretanto, os currículos universitários não possuem disciplinas voltadas para a área da informática, programação, designer gráfico e comunicação social. Mesmo que não seja necessária uma formação aprofundada, o historiador precisa entender e dominar alguns aspectos do meio digital, para produção de conteúdo. Na perspectiva de Michel de Certeau, a História enquanto disciplina deve adotar uma abordagem interdisciplinar. Através das outras áreas, seria feito uma abordagem crítica em relação ao seu objeto de estudo, experimentando e assim controlando o que poderia estar

coerente ou equivocado em sua análise “[...]a relação que ela mantém com diversas ciências lhe permite exercer, com referência a cada uma delas, uma função crítica necessária, e lhe sugere também o propósito de articular em conjunto os limites evidenciados desta maneira” (CERTEAU, 1982, p.88-89).

Outra prática importante, segundo o autor, é a escrita da História, ao fazer parte de uma crítica social, sendo fruto de diversos interesses do lugar social ao qual faz parte. Assim, a escrita assume um caráter didática, pois seria a produção final deste historiador para a sociedade, inclusive para produção de conteúdo na internet, que irá se basear nos escritos historiográficos para elaboração do material apresentado.

De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorcisa e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos. (CERTEAU, 1982, p.95)

Temos uma série de desvantagens e problemas que precisam ser trabalhados. Ao possibilitar que qualquer pessoa crie conteúdo – que muitas vezes se aproveitam do clima político – recorrentemente possuem uma narrativa duvidosa, omissão e distorção dos fatos, usando fontes documentos ou referências bibliográficas. A abundância de desinformações nesses espaços nos faz perceber diversos motivos pelos quais nós historiadores(as) devemos nos preocupar com as autoridades nestes espaços.

Michel de Certeau frisa que o conteúdo histórico possui um conteúdo verificável, que pode ser conferido através da citação, dando maior credibilidade às suas ideias. Na prática, os historiadores que produzem conteúdo digital, além de citar suas fontes, também apresentam na descrição o referencial teórico utilizado. Dessa forma, aqueles que tiverem dúvidas ou interesse em aprofundar o tema podem recorrer a este material. Isso demonstra o comprometimento dos historiadores com a verdade comprovado cientificamente.

Em suma, o campo da História deve possuir uma relevância para a sociedade, através da sua prática e o conjunto de técnicas da operação historiográfica, debatida por Certeau, não sendo apenas frutos dos desejos pessoais, mas sim do lugar social em que estamos inseridos. Diante disso, devemos planejar estratégias e ocupar os espaços virtuais, apresentar os conteúdos no formato que seja compreensível ao nosso público-alvo, compreender que cada plataforma digital exige um tipo de linguagem e suporta um limite de caracteres ou a disponibilidade de imagens e vídeos. E que por se tratar de um ambiente virtual, a pluralidade dos sujeitos deve ser considerada, fazendo com que ele entenda o conteúdo histórico através do método científico.

Não somente compreender a temática, mas é preciso que este público saiba que uma “opinião” que circula na Internet não é uma narrativa válida, pois não utiliza em seus argumentos fontes seguras, análise de documentos e evidências científicas que comprovem os fatos. Segundo Michel de Certeau, as fontes históricas devem ser compreendidas a partir de seus lugares de produção e as suas origens, a temporalidade em que estão inseridas, público-alvo e seus objetivos.

Explorar as potencialidades da *Internet* é permitir que a História seja inserida nas novas mudanças da sociedade contemporânea. Entendemos que os computadores são parte indispensável nas trocas de informação e comunicação. Cada vez mais as novas gerações utilizam este espaço para criação de conteúdo, atraindo muitos usuários como é o caso do *YouTube*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOCH, M. Apologia da História ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. “Faça aqui seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. Revista História Hoje, v.3, nº5, pp.165-188. 2014. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/126/100>
- CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.) História novos problemas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

Chartier, Roger. O que é um autor? Revisão de uma genealogia. Trad. Luzmara Curcino; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Carlos: Edfscar, 2014.

KOSELLECH, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2006, p.311.